



GOVERNANÇA AMBIENTAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Carolina Corrêa Moro

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 by Carolina Corrêa Moro

Categoria: Direito Ambiental

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M867g

Moro, Carolina Corrêa.

Governança ambiental dos resíduos sólidos / Carolina Corrêa Moro. – Rio
de Janeiro : Lumen Juris, 2018.

222 p. : il. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 183-200.

ISBN 978-85-519-0733-7

1. Direito Ambiental. 2. Governança Verde. 3. Gestão Integrada de Resíduos
Sólidos. 4. Constituição Federal de 1988. I. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

1126267

Sumário

Introdução	1
1. Governança Ambiental	7
1.1 Premissas: risco, ética e complexidade ou dos desafios da governança ambiental.....	7
1.2 Ponto de partida (que não é o Código de Hamurabi): os impactos da Constituição Federal de 1988 na participação na governança ambiental.....	14
1.3 Governança ambiental: entre correntes e conceitos	19
1.4 Mecanismo de participação na governança ambiental brasileira	23
2. A Participação na Governança Ambiental	27
2.2 Quem participa: uma abordagem da Teoria dos Grupos de Interesse.....	28
2.2.1 Grupos de interesse empresariais.....	32
2.2.2 Grupos de interesse coletivo.....	34
2.2.3 A burocracia e os atores governamentais: grupos de interesse oficiais.....	37
2.3 A participação democrática na governança ambiental: uma abordagem (neo) institucionalista	39
2.4 As pedras: desafios e obstáculos de uma participação legítima, justa e efetiva.....	47
3. Governança Ambiental dos Resíduos Sólidos	55
3.1 A Política Nacional dos Resíduos Sólidos.....	56
3.1.1 Justiça Ambiental.....	58

3.1.2 Princípio da Cooperação	59
3.1.3 Princípio da Participação	61
3.2 Resíduos Sólidos como Bens Socioambientais	62
3.3 Governança Ambiental dos Resíduos Sólidos no Brasil	66
3.3.1 A responsabilidade pós consumo compartilhada: fundamentos da governança ambiental democrática dos resíduos sólidos	70
3.4 Grupos de interesse na governança dos resíduos sólidos	76
3.4.1 Cadeia produtiva: fabricantes, importadores, comerciantes, distribuidores etc.	77
3.4.2 Poder Público	80
3.4.3 Consumidores	84
3.4.4 Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis	88
3.4.5 Movimentos ambientalistas	90
4. Os acordos setoriais de logística reversa: afinal, do que estamos falando?	93
4.1 A natureza jurídica dos acordos setoriais	94
4.2 Acordo setorial de logística reversa: um contrato do século XXI	103
4.3 Análise estrutural dos acordos setoriais	109
4.3.1. Capacidade das Partes	110
4.3.2. Possibilidade do Objeto	114
4.3.3. Forma	117
4.4. A regulamentação dos acordos setoriais	121
5. O Acordo Setorial de Logística Reversa de Embalagens em Geral	129
5.1 O caso das embalagens	130

5.2. O acordo setorial de logística reversa de embalagens em geral	132
5.2.1 Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica	133
5.2.2 Edital de Chamamento	134
5.2.3. As propostas apresentadas.....	138
5.2.3.1. Coalizão Empresarial	138
5.2.3.2. PROLATA.....	144
5.2.3.3. ABIVIDRO	146
5.2.4. As negociações	147
5.2.5. A Consulta Pública	150
5.2.6. O acompanhamento do Acordo.....	153
5.3. O modelo de governança ambiental do setor de embalagens em geral: algumas conclusões.....	154
5.3.1. A atuação da Coalisção Empresarial	154
5.3.2. Consulta Pública: um instrumento protocolar de participação?	158
5.3.3. Teorias do Poder: a exclusão de interesses organizados no acordo setorial de logística reversa	162
5.4. Avaliação da participação na governança ambiental no setor de embalagens em geral	169
5.5. Acordos setoriais: contratos como instrumentos de governança ambiental.....	176
Bibliografia	183